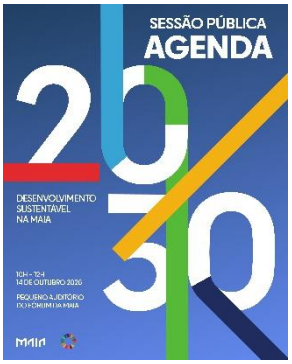
MAIA
CÂMARA MUNICIPAL

Mário Nuno Neves
Vereador dos Pelouros do Ordenamento Territorial, Recursos Humanos, Cultura e Relações Internacionais, Segurança, Proteção Civil e Fiscalização Desenvolvimento Económico



AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MAIA

Intervenção de encerramento

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Chegados ao encerramento desta sessão, importa, antes de mais, agradecer a presença de todos e, muito particularmente, o contributo dos nossos convidados e intervenientes, cujas reflexões permitiram compreender melhor os desafios que a Agenda 2030 coloca à governação pública e as oportunidades que oferece aos territórios que assumem o desenvolvimento sustentável como uma orientação estratégica.

Ao longo desta manhã, tivemos oportunidade de percorrer diferentes dimensões de uma mesma responsabilidade coletiva.

A todos, o nosso reconhecimento.

Creio que destas intervenções podemos retirar uma conclusão fundamental: o desenvolvimento sustentável não constitui uma política sectorial, nem uma preocupação exclusivamente ambiental. É, antes de tudo, uma determinada conceção do desenvolvimento assente no progresso e, consequentemente, uma forma de compreender e exercer a responsabilidade de governar.

Quando, em 2015, as Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030, procuraram estabelecer um compromisso universal assente numa ideia tão simples quanto exigente: o progresso humano não pode ser avaliado apenas pela riqueza produzida, nem a prosperidade de uma sociedade pode ser dissociada da justiça social, da qualidade ambiental, da dignidade humana e da solidez das suas instituições.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável traduzem esta compreensão integrada da realidade.

Não é possível promover o crescimento económico ignorando os seus efeitos ambientais. Não é possível combater as desigualdades sem considerar a educação, a habitação, a saúde e o emprego. E não é possível construir comunidades verdadeiramente inclusivas sem instituições transparentes, participativas e capazes de responder às necessidades dos cidadãos.

Mas existe uma dimensão desta agenda que, enquanto responsáveis autárquicos, nos interpela particularmente.

Embora os compromissos tenham sido assumidos pelos Estados, uma parte decisiva da sua concretização depende da ação desenvolvida à escala local.

É nos municípios que as grandes orientações internacionais se confrontam com a realidade quotidiana das populações. É no território que a sustentabilidade deixa de ser uma formulação abstrata para se transformar em decisões sobre mobilidade, ordenamento territorial, espaços verdes, equipamentos coletivos, eficiência energética, inclusão social, desenvolvimento económico ou acesso à cultura.

Os municípios não são, por isso, meros executores periféricos de compromissos internacionais. São protagonistas indispensáveis da sua concretização.

E esta constatação assume particular importância num território como a Maia.

A nossa integração na Área Metropolitana do Porto, em que temos a particularidade de termos fronteira com sete dos seus municípios, a intensidade da atividade económica, a relevância das infraestruturas de mobilidade, a diversidade das realidades urbanas e a pressão sobre o solo e os recursos naturais colocam-nos perante desafios que exigem uma perspetiva de longo prazo.

Temos de saber continuar a conciliar a vitalidade económica com a qualidade de vida, a transformação urbana com a preservação ambiental e a eficiência administrativa com a coesão social.

Não se trata de limitar o crescimento, mas de lhe conferir maior racionalidade, equilíbrio e capacidade de permanência.

É neste contexto que o compromisso assumido pelo Município da Maia, em dezembro de 2024, com a Agenda 2030 adquire particular significado político e institucional, no entanto e naturalmente, nenhum compromisso político se esgota na sua aprovação formal.

O seu verdadeiro significado reside na capacidade de produzir consequências concretas, influenciar decisões, orientar recursos e melhorar as condições de vida das populações.

É precisamente por isso que considero particularmente importante a apresentação, nesta sessão, do primeiro Relatório Voluntário Local da Maia.

Mais do que um documento de sistematização de informação, este relatório representa um exercício de maturidade institucional.

Uma autarquia que se dispõe a medir os resultados da sua ação, a identificar insuficiências e a acompanhar a evolução do território demonstra compreender que a qualidade da governação depende também da capacidade de se avaliar criticamente.

E uma autarquia que aceita submeter essa avaliação ao conhecimento público reconhece que a legitimidade democrática não se esgota no momento eleitoral. Prolonga-se na obrigação de justificar as decisões tomadas, prestar contas à comunidade e demonstrar os seus efeitos sobre a vida coletiva.

O relatório que hoje apresentámos não deve, por isso, ser entendido como um ponto de chegada, mas como um instrumento de conhecimento, exigência e aperfeiçoamento da ação municipal.

Importa, contudo, reconhecer que a sustentabilidade não se constrói exclusivamente através de indicadores, relatórios ou instrumentos de planeamento.

Constrói-se também através de uma determinada cultura de governação.

Uma cultura que valorize a articulação entre serviços, a disponibilidade mental dos trabalhadores desses serviços para essa articulação, a cooperação institucional, a

avaliação das consequências futuras das decisões e, sobretudo, a participação dos cidadãos.

Neste domínio, a Maia dispõe de uma experiência particularmente relevante, desenvolvida no âmbito do processo participativo da segunda revisão do Plano Diretor Municipal.

Ao promover um conjunto alargado de iniciativas envolvendo cidadãos, instituições e diferentes sectores da sociedade, procurámos ultrapassar uma conceção meramente formal da participação pública, criando oportunidades de reflexão coletiva sobre o território e o seu futuro.

Esta experiência, que foi um risco calculado e assumido pelo Executivo, recorda-nos que o conhecimento de um território não pertence exclusivamente às instituições que o administram. Pertence também àqueles que nele vivem, trabalham, investem e constroem quotidianamente a sua identidade.

A sustentabilidade exige, por isso, mais do que decisões tecnicamente fundamentadas. Exige decisões democraticamente legitimadas, socialmente compreendidas e, tanto quanto possível, partilhadas.

É também nesta perspetiva que devemos compreender a importância das parcerias, tão justamente valorizadas no ODS 17.

Os grandes desafios contemporâneos não respeitam fronteiras administrativas.

As alterações climáticas, a mobilidade, a qualidade do ar, a utilização dos recursos naturais ou as desigualdades sociais exigem respostas articuladas, conhecimento partilhado e capacidade de cooperação entre municípios, instituições públicas, universidades, empresas e organizações da sociedade civil.

A experiência do Pacto do Porto para o Clima, que hoje aqui conhecemos melhor, constitui um exemplo da importância desta mobilização coletiva.

Nenhum município, por mais competente ou determinado que seja, conseguirá responder isoladamente a problemas cuja natureza é, cada vez mais, interdependente.

Gostaria, ainda, de sublinhar uma dimensão que considero essencial e que nem sempre recebe a atenção devida quando discutimos o desenvolvimento sustentável: a cultura.

Embora não disponha de um objetivo autónomo entre os 17 ODS, a cultura atravessa numerosas dimensões da sustentabilidade.

É através dela que as comunidades preservam a memória, constroem identidade, reconhecem sentido ao aparentemente caótico, desenvolvem consciência crítica e aprendem a reconhecer o valor do património material e imaterial que receberam, como trunfos para a vivência do presente e para a construção do futuro.

Mas a cultura desempenha também uma função transformadora. A mudança dos comportamentos individuais e coletivos, indispensável à concretização da Agenda 2030, não resulta exclusivamente da aprovação de normas ou da disponibilização de novas tecnologias. Depende igualmente da transformação das mentalidades, das atitudes e das representações que construímos sobre a nossa relação com os outros e com o território, que é ele próprio não só físico, mas também mental.

A cultura não é, portanto, apenas uma consequência do desenvolvimento. É também uma das suas condições, sine qua non.

Uma comunidade culturalmente mais consciente, mais participativa e mais aberta ao conhecimento encontra-se, em princípio, melhor preparada para compreender os desafios da sustentabilidade e assumir as responsabilidades que deles decorrem.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Estamos a menos de quatro anos do horizonte temporal estabelecido pela Agenda 2030.

É legítimo reconhecer os progressos alcançados, mas seria um erro confundir os instrumentos que criámos ou os reconhecimentos que recebemos com a conclusão de um percurso.

O Selo Dinâmica ODSlocal 2025 e a Menção Honrosa pelo Melhor Conjunto de Boas Práticas constituem motivos de satisfação para o Município da Maia e para todos aqueles que contribuíram para estes resultados.

Mas as distinções reconhecem o trabalho realizado. Não dispensam o trabalho que permanece por realizar.

O verdadeiro desafio consiste agora em consolidar uma cultura de avaliação permanente, integrar progressivamente os indicadores de sustentabilidade nos instrumentos de planeamento e na programação orçamental e assegurar que os objetivos assumidos se traduzem em resultados verificáveis.

Importa também compreender que os ODS não eliminam as escolhas políticas, nem resolvem automaticamente os conflitos entre interesses legítimos.

A expansão económica pode exercer pressão sobre o território. A necessidade de novas infraestruturas pode confrontar-se com a preservação ambiental. A procura de resultados imediatos pode comprometer objetivos de longo prazo.

Governar de forma sustentável não significa ignorar estas tensões, mas reconhecê-las, ponderá-las com transparência e procurar soluções equilibradas, fundamentadas no conhecimento e orientadas pelo interesse público.

É, afinal, uma exigência de responsabilidade política.

E essa responsabilidade encerra uma dimensão temporal que importa não esquecer.

Os mandatos políticos são necessariamente limitados. As consequências de muitas das decisões que tomamos prolongam-se, porém, muito para além deles.

Uma opção de ordenamento territorial, uma infraestrutura, a preservação de um espaço natural ou a criação de um equipamento coletivo podem influenciar a vida de várias gerações, por isso, a verdadeira medida de uma boa governação não reside apenas naquilo que consegue realizar durante o seu exercício, mas também nas condições que deixa àqueles que lhe sucedem.

A Agenda 2030 oferece-nos, neste sentido, mais do que um conjunto de metas. Oferece-nos um quadro de responsabilidade, uma metodologia de governação e uma oportunidade de aperfeiçoamento das políticas públicas.

Cabe-nos transformar essa oportunidade em resultados.

A Maia dispõe de condições institucionais, económicas, sociais e humanas para aprofundar este compromisso e afirmar-se como um território de referência na concretização local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mas essa ambição só terá verdadeiro significado se for acompanhada por uma atitude permanente de exigência, de avaliação e de abertura à mudança.

Gostaria, por isso, de terminar com uma ideia que considero particularmente importante.

O futuro sustentável da Maia não se construirá apenas através dos documentos que aprovamos, dos relatórios que produzimos ou dos compromissos que subscrevemos. Construir-se-á, sobretudo, na coerência das nossas decisões, na qualidade das nossas instituições e na capacidade de mobilizar a comunidade em torno de um propósito partilhado.

Porque a sustentabilidade não consiste apenas em preservar os recursos de que hoje dispomos. Consiste em assegurar que o desenvolvimento do presente não diminui as possibilidades de realização humana das gerações futuras.

É essa a responsabilidade que pretendemos e devemos assumir perante os maiatos.

É essa a ambição que deve orientar a nossa ação até 2030 e muito para além desse horizonte.

Renovo o meu agradecimento a todos os intervenientes, aos técnicos municipais que contribuíram para a realização deste trabalho e a todos os que, com a sua presença e participação, deram sentido a esta iniciativa.

Muito obrigado.

Mário Nuno Neves

Vereador da Câmara Municipal da Maia

Assinado por: **MÁRIO NUNO ALVES DE SOUSA NEVES**
Num. de Identificação: 06550277
Data: 2026.10.14 16:05:21+01'00'